



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Parecer da SCI, Prestação de Contas, Exercício de 2010



PARECER

Em conformidade com o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, com o Art. 6.º da Lei n.º 8.443, de 16/7/1992, (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), com o Anexo I da Decisão Normativa TCU n.º 107/2010, e nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, a Administração deste Regional emitiu seu Relatório da Gestão, entregue a 31/3/2011 e reenviado a 10/5/2011, atendendo a solicitação da SECEX-CE.

O presente parecer é emitido atendendo às determinações constantes do inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/1992, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010, bem como à vista dos dados constantes do Relatório de Gestão, dos achados relatados no Relatório de Auditoria de Gestão e da conclusão do Certificado de Auditoria.

Não foram constatadas falhas ou irregularidades que causassem dano ou prejuízo ao erário público; dentre as falhas ou impropriedades sem dano ou prejuízo encontradas, conforme extrai-se do relatório de auditoria de gestão, apenas uma conclui pela irregularidade do procedimento. O conjunto de tais achados não detém relevância e materialidade suficientes a macular a gestão do Tribunal auditado.

Convém registrar que, por ocasião da prestação de contas relativa ao exercício de 2009, esta unidade de Controle, em seu relatório de auditoria, elencou dois processos com ocorrências passíveis de ensejar danos ao erário, cujas medidas de saneamento estavam em andamento; esses processos permanecem com providências em andamento, conforme registros nos relatórios de auditoria de gestão do Gabinete (Recomendação de Ordem nº 5 do Quadro 2 do subitem 2.2) e da SCGAP (Anexo V).

O desempenho do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, relacionado à sua atividade fim (julgamentos de primeiro e segundo grau de jurisdição), registrou pequenas quedas (vide item 3 do Relatório de Auditoria da SCGOF); atribui-se esse evento à transição de modelo operacional característica do início de execução do recente planejamento estratégico, com a necessária mudança da cultura institucional.

Conforme consignado no Relatório de Auditoria de Gestão do Gabinete as determinações do TCU pendentes de cumprimento são justificadas, já que se restringem às que são objeto de impedimento judicial; as recomendações expedidas pela SCI, segundo demonstrados nos quadros 2 e 3 daquele relatório, foram acatadas (tendo sido atendidas ou estando em atendimento), ou estão pendentes de apreciação, em regular tramitação dos respectivos procedimentos administrativos; as providências adotadas em cada caso foram satisfatórias e são alvo de constante monitoramento por parte desta Secretaria, para garantir sua condução a bom termo.

Também as Seções desta Secretaria, conforme registrado ao longo dos relatórios seccionais, consideraram satisfatórias, pelos próprios fundamentos expendidos, as justificativas apresentadas pela Administração para não atendimento total ou parcial de suas recomendações, quando foi o caso; ressalte-se que não foram apresentadas justificativas acerca da diminuição do desempenho das atividades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Parecer da SCI, Prestação de Contas, Exercício de 2010



jurisdicionais de primeiro e segundo graus de jurisdição bem como para as impropriedades constatadas no Processo p.g. nº 36.831/08-0 (subitem 2.2.1 do Relatório de Auditoria de Gestão da SCGAP).

Da auditoria realizada, conclui-se que as contas apresentadas registram fielmente a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, operacional e contábil do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região efetivamente ocorrida no exercício de 2010, cujos atos estão em consonância satisfatória com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos e os previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

Por consequência, e fundamentando-me no Relatório de Auditoria de Gestão, o qual é integrado pelos relatórios de auditoria seccionais e do Gabinete da SCI, ratifico a conclusão do Certificado de Auditoria pela **regularidade** das contas dos gestores no período de 1º/1/2010 a 31/12/2010.

Os presentes autos de processo de contas deverão ser encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU), nos termos do art. 4.º da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010 c/c art. 2º da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010, após pronunciamento do Exmo. Desembargador-Presidente deste Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região.

Fortaleza (CE), 27 de julho de 2011.

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Secretária de Controle Interno